

díficeis, quando mais se exigia cooperação e disciplina, a Central foi agitada por desordens de toda natureza, perturbando o trabalho dos seus funcionários e operários e finalmente criando embaraços à economia dos transportes e ao serviço público.

Uma das causas da dissolução francesa pode ser encontrada, sem a menor dúvida, na exploração política dos organismos sindicais constituídos "ad Patere" do legítimo sindicalismo. Leon Jouhaux, o "leader" dos sindicatos de funcionários, tomou a posição de maior relevo na direção dos negócios, impôs a sua designação para o Banco de França e lá desarticulou por completo os organismos de produção, criando dificuldades e desagregando o formidável potencial da indústria francesa.

A série de greves políticas, a paralização do trabalho, a diminuição de rendimento e eficiência nos setores vitais foram obras dessa máquina infernal.

O Presidente Getúlio Vargas viu claramente o mal. E com seu alto espírito de sociólogo e estadista preservou o sindicalismo do desvio de suas finalidades, mantendo-o como organização social e eliminando as possibilidades de sua exploração como força desagregadora. Com efeito, a sindicalização dos funcionários do Estado ou dos trabalhadores em organizações autárquicas controladas pelo Estado, é, na realidade, uma deturpação do sindicalismo. Tanto num caso como no outro, servidores ou trabalhadores do Estado não se acham subordinados a normas de legislação trabalhista e sim de direito administrativo. Se um sindicato patronal pode ser colocado pelas contingências de seus interesses frente a frente com um sindicato proletário, não é possível admitir o mesmo em relação aos servidores ou trabalhadores do Estado. Porque organismo algum pode ficar face a face no mesmo nível da Instituição do Estado.

A melhor forma de fortalecer o sindicalismo no Brasil é mantê-lo em sua pureza, evitando o exagero ao qual tendenciosamente nos tentaram arrastar. Os serviços públicos não podem ficar à mercê de uma deliberação de diretoria de sindicato. Doutra forma teríamos um Estado dentro do Estado e mais forte do que o próprio Estado. A garantia do trabalho reside principalmente na garantia e na eficiência dos serviços públicos básicos.

Compreende-se a organização sindical como associação de interesses de uma determinada atividade para a defesa coletiva. No caso dos servidores ou trabalhadores do Estado essa defesa contra quem seria feita? Contra o Estado, naturalmente. Mas na realidade as conquistas sociais, quer de nossos funcionários, quer dos trabalhadores de organismos autárquicos, quer mesmo de todos os trabalhadores em geral, não foram obtidas através de lutas de classe ou choques sindicais. Elas são o resultado da clarividência e do sentimento social do Sr. Getúlio Vargas. Foi o Estado pelo seu Chefe quem as outorgou. Esses benefícios todos subsistem. Já estão em pleno funcionamento as caixas de aposentadorias e pensões com seus organismos de assistência social e de previdência. Tudo o que podia ser pleiteado já foi concedido. Resta compreender uma coisa: o serviço público é mais do que um trabalho. É, portanto, mais do que um dever econômico. É, principalmente, um dever político-social. Nessa esfera, trabalho corresponde a uma responsabilidade muito maior do que a que cabe ao trabalhador de uma fábrica ou ao empregado de uma casa comercial. O trabalho no serviço público é vital à existência do próprio Estado. Não é possível, portanto, admitir centros de coordenação ou de resistência. A disciplina no serviço público não é em relação ao empregador e sim para com a Nação".

Cursos de Administração

Como repercutiu na Imprensa essa iniciativa do DASP

A imprensa de todo o país vem se referindo de maneira a mais animadora à iniciativa do DASP relativa ao Cursos de Extensão sobre assuntos atinentes à Administração Pública.

Vários são os comentários, tópicos, editoriais e, mesmo, artigos assinados que nos chegam às mãos, todos focalizando a matéria em termos altamente favoráveis e salientando o alcance e a oportunidade da medida posta em prática pelo DASP.

Na impossibilidade de transcrevê-los todos, contentamo-nos em reproduzir aqui um editorial, um tópico e um artigo assinado, publicados em três

dos mais importantes órgãos diários da imprensa brasileira e que, por isso mesmo, constituem amostra bem representativa da repercussão causada na opinião nacional pela criação e funcionamento dos Cursos de Administração.

FORMAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS E DE TÉCNICOS

Subordinado ao título acima e com o sub-título "A necessidade, no Estado, da criação de um curso de administração pública", o vespertino "A Gazeta", da capital do Estado de São Paulo, em

sua edição de 29 de maio passado, publicou o seguinte editorial :

"O problema da formação de funcionários públicos e de técnicos já entrou, em nosso país, no terreno da realidade. No Rio, por iniciativa do Departamento Administrativo do Serviço Público, sucedem-se os cursos e conferências sobre administração e serviços públicos e várias turmas de funcionários brasileiros têm viajado, nestes últimos anos, para a América do Norte, onde vão seguir, por conta do governo federal, cursos de especialização.

É evidente que a burocracia tende a deixar de ser uma sinecura e que o Estado já não é mais o confortável cabide de empregos em que se dependuravam os naufragos de todas as profissões. O Estado é, hoje, uma máquina técnico-administrativa, que exige homens conhecedores da matéria e inteiramente dedicados ao seu serviço.

O problema da formação de funcionários técnicos e administrativos é uma natural exigência do próprio serviço público, que, na fase que atravessamos, das especializações, se torna cada vez mais complexo. Ao Estado moderno cumpre, ainda, não somente preparar os elementos necessários ao perfeito andamento de sua máquina técnico-administrativa, como também manter esses mesmos elementos em íntimo contacto com a evolução da matéria de sua especialidade. Os conhecimentos administrativos, técnicos e científicos, que hoje completam a função do Estado moderno, renovam-se de instante a instante, porque se trata de um organismo vivo, ao contrário do Estado antigo, burocrático e rotineiro; resulta daí a necessidade de os servidores, técnicos ou administrativos, se moverem como verdadeiras células, ativas e produtoras, de modo a que, não somente acompanhem o desenvolver do processo evolutivo, como venham a constituir, elas próprias, parte integrante desse mesmo processo.

Para tanto, é indispensável que o Estado não abdique do direito de proceder, preliminarmente, à escolha dos elementos que se destinam a tais funções, organizando para isso, como já existe na administração federal, um curso de extensão de administração pública, uma vez que em nossos estabelecimentos oficiais de ensino é essa uma matéria em plena fase prenatal, enquanto que o serviço civil, com a racionalização de seus métodos, vai tomando novas diretrizes e dia a dia deixa à distância o empirismo de outros tempos...

Ao lado dos que desejam ingressar, cumpre ainda ao Estado colocar no mesmo plano, de extensão de conhecimentos, os próprios funcionários, afim de elevar o nível de eficiência do serviço público do país, tornando-os capazes do desempenho das funções que lhes sejam confiadas.

Ainda recentemente a revista norte-americana "Inter-American Quarterly" publicou interessante artigo do professor Bryce Wood sobre o Serviço Público no Brasil, fazendo-o, aliás, em termos que nos não muito lisonjeiros.

Nos Estados Unidos, além dos cursos de extensão, ha o que eles chamam o "In-service training", aprendizagem feita no próprio serviço. A revista norte-americana "Inter-American Quarterly," faz referência a um curso que já está funcionando no nosso Ministério da Agricultura, com a duração de 18 meses, e que é de indiscutível alcance para a preparação de técnicos para certas carreiras próprias da

quele ministério. Atualmente, o Departamento Administrativo do Serviço Público, do Rio de Janeiro, envia funcionários aos Estados Unidos, onde fazem estágio e frequentam cursos de ciências de administração. A Universidade de Columbia já recebeu alguns deles e também a American University, de Washington.

Recentemente, teve início, no Instituto de Educação do Distrito Federal, um concorridíssimo curso de extensão de administração pública, com a presença de centenas de alunos funcionários, efetivos e extranumerários, e de candidatos ao serviço público. Os resultados têm sido os mais compensadores.

Um fato, interessantíssimo, ocorreu, na fase inicial desse curso, cuja solução nos oferece uma amostra do elevado espírito hoje dominante na esfera administrativa, bem diverso do de antigamente. Entre os candidatos achava-se um cego, o professor de inglês do Instituto Benjamin Constant, sr. José Espínola Veiga, que, apesar de tudo, não esmoreceu no desejo de aperfeiçoar-se em assuntos administrativos. Sua inscrição foi aceita por isso que a Divisão de Seleção se sentiu no dever de dar a esse candidato a mesma oportunidade que aos demais.

E no dia da prova o diretor da Divisão de Seleção não se atrapalhou. Mandou vir um "brailista", isto é, um técnico em passagem do que nós escrevemos para o alfabeto dos cegos, em que as letras são pontos entumecidos no papel por meio de máquina adequada. Todas as perguntas constantes de provas foram "brailizadas". E o cego, passando-lhes os dedos por cima, foi respondendo, valendo-se para isso de uma máquina de escrever, posta a seu lado".

CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

É de "O Jornal", desta capital, edição de 20 de junho findo, o tópico seguinte, publicado sob o título acima :

"O Departamento do Serviço Público acaba de adotar importante deliberação, destinada a valorizar uma carreira de profissionais quasi inexistente no Brasil, mas que deverá ser de influência decisiva no desenvolvimento das atividades a cargo do Estado. Referimo-nos à criação do Curso de Administração para a preparação de técnicos entre os funcionários públicos do país.

Quando da oficialização de idêntico Curso mantido pela Faculdade de Ciências Políticas e Administrativas, tivemos ensejo de acentuar a necessidade de técnicos em administração como elementos indispensáveis à organização, aperfeiçoamento e eficiência dos serviços públicos. A circunstância de ser creado outro Curso pelo DASP, quando o daquele instituto de ensino especializado está em pleno funcionamento, com grande matrícula de alunos e numeroso corpo de ilustres professores, é uma prova robusta de que o governo reconhece a conveniência de multiplicar o número dos técnicos em administração, para obter o maior rendimento possível da máquina de produção do Estado.

Mas não é só. Essa conveniência já é compreendida pelos próprios pretendentes aos cargos públicos que não confiam mais na antiga alegação, filha da incapacidade

manifesta, de poderem ser aproveitados para "qualquer função". Assim é que a afluência de candidatos ao Curso recém-aberto pelo DASP, foi tamanha, graças às garantias que oferece pelo seu caráter oficial, que precisou instituir um concurso de admissão ao mesmo, afim de que não se excedesse o número de lugares fixados.

Ainda bem que a mocidade estudiosa se encaminha para uma profissão capaz de cooperar eficazmente na evolução administrativa do país. A velha sedução do funcionalismo público, como simples sinecura e não como atividade produtiva, cede lugar à expectativa segura de uma carreira proveitosa, tanto para os que a escolheram como para a coletividade.

Numa época em que se exigem técnicos para todos os setores da produção, não era mais possível que a administração pública, gerindo a maior massa de interesses coletivos, permanecesse indiferente a esse imperativo da moderna civilização. Os técnicos em administração são hoje tão necessários como os agrônomos na agricultura, os venterinários na pecuária ou os químicos nas indústrias.

E' de justiça assinalar que ao sr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação, coube a primazia de lançar a idéia dos Cursos de Administração. E nada mais lógico, por ser o titular da pasta que, promovendo o desenvolvimento cultural do país oferece maior margem para a verificação de uma falha no nosso aparelho educacional, tanto mais grave quanto envolvia as próprias responsabilidades do Estado na execução dos serviços públicos. Doravante, essa falha tende a desaparecer, com a formação dos técnicos capazes de colaborar eficientemente no progresso, na expansão e no engrandecimento do país".

A RACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

E' o seguinte o texto do artigo que, a propósito da instalação do Curso de Administração Pública, o Sr. Miranda Rosa, sob o título acima, publicou no "Jornal do Brasil", edição de 24 de junho findo :

"A instalação do seu primeiro curso de Extensão Administrativa, feita há dias pelo DASP, pode ser encarada como uma nova etapa no plano de racionalização dos serviços públicos. Essa iniciativa corresponde ao progresso já realizado no aparelhamento administrativo federal.

Traduz mais um esforço no sentido do aperfeiçoamento de uma organização que perde o seu cunho outrora quasi puramente burocrático, para transformar-se num instrumento cada vez mais util a serviço da coletividade.

No discurso que proferiu a 8 de dezembro de 1938, ao comemorar o Dia do Funcionário Público, já o Presidente Getúlio Vargas podia afirmar que, vencendo resistências rotineiras e preconceitos enraizados, fôra realizada a remo-

delação do nosso aparelho administrativo, em moldes modernos e racionais. Os resultados benéficos dessa remodelação podem ser verificados no crescente aperfeiçoamento dos serviços públicos. Ninguém mais contestará que hoje a "seleção de capacidades e a independência para pleitear o ingresso no serviço, ficam garantidas por um processo de provas, expurgado de influências pessoais e do clássico apadrinhamento dos parentes e protetores políticos" e que "a justiça das promoções ficou, igualmente, assegurada pela organização das comissões de eficiência, compostas de funcionários de idoneidade reconhecida, sob o controle imparcial do Departamento Administrativo".

Com essa iniciativa, destinada a contribuir para a elevação do nível do funcionalismo público, o DASP justifica o conceito emitido pelo Sr. Gustavo Capanema na interessante conferência que fez por ocasião da cerimônia de instalação do Curso de Extensão Administrativa. Está dando, de fato, preciosa cooperação à obra da educação nacional em um dos seus mais importantes setores. O Estado Novo assumiu no Brasil a responsabilidade da realização de um vasto, profundo e complexo programa de renovação nacional. E para que possa desempenhá-lo com êxito, é mister que dê aos serviços públicos uma organização verdadeiramente racionalizada, capaz de aparelhá-los em condições tais que assegurem plena satisfação aos interesses coletivos que deles dependem. Sabe-se que foi com o intuito de preparar os seus futuros cursos de administração que o DASP, após um rigoroso processo de seleção, enviou aos Estados Unidos vários funcionários federais. Esses funcionários frequentaram escolas de administração, estudaram a modelar organização administrativa norte-americana e, regressando ao Brasil, apresentaram relatórios que fortaleceram nos dirigentes do DASP a convicção de que havia chegado a oportunidade de empreender mais um esforço em favor da racionalização dos serviços públicos. O curso agora criado, e que por certo não será o único, é mais um passo para a formação de um quadro de técnicos em administração pública, no desdobramento natural da obra que o DASP vem levando a efeito com uma perseverança e um espírito de continuidade dignos de todos os louvores e a cujo respeito pode-se repetir, com toda a justiça, que "da desordem e da falta de uniformidade, passou o serviço público brasileiro a um sistema harmonioso, adequado à realidade nacional". O Ministério da Educação inclui entre as suas preocupações atuais a organização do ensino de administração em todo o país. Oxalá não esmoreça diante dos obstáculos que acaso lhe sejam criados pela incompreensão e pela displicência. Porque é com a difusão desse ensino em cursos acessíveis a quantos se dediquem à carreira do funcionalismo, seja da União, seja nos Estados e nos Municípios, que lograremos chegar à perfeita racionalização dos serviços públicos, iniciada há 10 anos e que está sendo completada nos diferentes domínios da administração através de atos que refletem o resultado da experiência adquirida e os ensinamentos da técnica. Aliás, esse é um dos aspectos sugestivos da fase de renovação que estamos vivendo e diante da qual não há como persistir no cepticismo tão do gosto dos pessimistas inveterados: todo empreendimento de interesse geral e de responsabilidade do Estado é de preferência confiado aos técnicos escolhidos por um processo seletivo que não sofre mais a influência perturbadora das antigas clientelas político-partidárias".

Quando um visitante entrar na secção, não desvie sua atenção do trabalho: demonstre-lhe que a curiosidade vale menos do que o interesse do serviço.